

PEC 395 em questão

Fotos: André Teixeira



Mesa do debate que lotou a Sala D-220 do CT



Abordagens diferentes sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 395 – em tramitação na Câmara dos Deputados – marcaram o primeiro da série de debates

Sem Tabu organizado pela diretoria da Adufrj.

A PEC 395 abre exceção na gratuidade de cursos de especialização, extensão e mestrado pro-

fissional nas universidades públicas. O tema controverso lotou a sala D-220 do CT.

Vídeo com a íntegra do debate no site www.adufrj.org.br.

CLÁUDIA MORGADO defendeu a PEC 395. Professora da Escola Politécnica e presidente do Fórum de Pós-graduação *lato sensu*, disse que a PEC vem regulamentar uma "prática corrente da universidade há 50 anos". Esta formação atende um público compatível com a cobrança: "São pessoas que estão no mercado de trabalho e não precisam de gratuidade". Para ela, interessa às universidades privadas a gratuidade do *lato sensu* nas públicas. Nestas condições, os cursos não seriam mais oferecidos, deixando este mercado livre.

PAULO RIZZO, presidente do Sindicato Nacional (Andes-SN), afirmou que a abertura de exceções para cobrança, na prática, põe fim ao princípio constitucional da gratuidade do ensino nas instituições públicas. "Se houver mudança, tal como previsto na PEC, no inciso que estabelece gratuidade nos estabelecimentos oficiais", observou, "ela (gratuidade) deixará de ser um princípio". Rizzo argumentou que "a existência da PEC é a prova de que o que hoje se pratica nas nossas universidades é ilegal".

GABRIELLE PAULANTI, da ANPG, disse que "a PEC 395 não representa de maneira direta a privatização", mas pode violar "o princípio da gratuidade do ensino público". A dirigente observou que "mais de 90% de toda a pesquisa realizada na universidade tem participação de estudantes de pós-graduação, então, essa medida nos atinge. Essa pesquisa é produzida pelas universidades públicas. A serviço de quem essa pesquisa será realizada, se o capital privado a estiver financiando?", questionou.

VICENTE FERREIRA, diretor do Instituto Coppead, explicou como a cobrança, afirmada como legal, tem sido positiva para a sua unidade. Contou que, quando o instituto passou a apresentar problemas de financiamento, encontrou nos recursos do *lato sensu* a possibilidade de manter o padrão de qualidade. Segundo ele, é positivo que o texto da PEC faça referência à autonomia da universidade. Sendo aprovada a PEC, o debate seria trazido para o local onde, na opinião do professor, ele deveria ser travado: nas instâncias da universidade.



Cláudia Morgado



Paulo Rizzo



Gabrielle Paulanti



Vicente Ferreira

Debate traz múltiplas opiniões

André Teixeira



Uma posição que não apareceu entre os debatedores da mesa, mas apresentada na fase de perguntas da plateia, disse respeito à diferença da cobrança entre *lato sensu* e o mestrado profissional. Conforme abordou o professor Antonio MacDowell de Figueiredo, ex-secretário da SESu/MEC e professor da Escola Politécnica, o curso de extensão e as especializações podem ser ofertados por institutos e outros espaços que não sejam os universitários. Já o *stricto sensu* (que é o caso do mestrado profissional) é exclusivo das instituições de ensino. Para ele, aí estaria sendo infringido um princípio (da gratuidade do ensino naquelas que são as atividades-fim da universidade).

O professor Gilberto Fialho, da Escola Politécnica, questionou: "Se não for aprovada (a PEC 395), o que vai acontecer? Como atender à demanda desses cursos de forma gratuita com a infraestrutura que nós temos?"

De acordo com o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, o "lato sensu vem aumentando muito a sua demanda. Se isto acontece, é porque faz parte da formação regular das pessoas. É preciso debater isso. A autonomia didático-científica só será garantida havendo pleno financiamento público".

Cláudia Piccinini, da Faculdade de Educação, contrária à PEC, ponderou que toda receita conseguida na universidade precisa ser encaminhada à conta única da União: "Como, então, teremos acesso a esses recursos?". Do Instituto de Física, Nelson Braga também perguntou sobre o destino do dinheiro pago nas es-



O debate no CT, que recebeu grande público, durou pouco mais de duas horas

pecializações, em especial como seria a regulamentação do pagamento de professores da universidade. Em resposta, os debatedores favoráveis à emenda observaram que o dinheiro é gerido por fundações (há um limite para o repasse à conta única da UFRJ, como receita própria). Do que fica na instituição, boa parte é aplicada nas instalações comuns da universidade.

Erickson Almendra, também da Politécnica, em defesa do *lato sensu* pago, questionou por que os contribuintes deveriam pagar a conta de cursos que beneficiam empresas, muitas delas estrangeiras. Para Alice Pina, da Associação de Pós-graduandos da UFRJ, o texto da PEC é uma ameaça às universidades pú-

blicas, ainda mais num contexto de ajuste fiscal. Essa foi também uma questão muito comentada por outros professores, que perceberam a conjuntura muito sensível, visto que os cortes são significativos no financiamento da universidade.

Pluralidade

O debate transcorreu num clima amigável, o que permitiu que as discussões sobre a PEC, apesar de controversas, fossem travadas sem maiores tensões. Ao fim do evento, a presidente da Adufrj-SSind agradeceu a participação de todos.

"Estou muito feliz de termos conseguido promover esse debate com diversidade de opiniões. Este é o papel da Adufrj, proporcionar discussões entre múltiplas visões e que essas opiniões sejam ouvidas e respeitadas", finalizou Tatiana Roque.

Mudanças na comunicação

■ A circulação do jornal impresso da Adufrj está suspensa no momento. Até o retorno da publicação, este boletim será o porta-voz oficial da Seção Sindical. Além, é claro, do site da Adufrj – que também será totalmente reformulado. Nosso objetivo é promover uma comunicação mais ágil e precisa. Participe da mudança. Sugestões para canalaberto@adufjrj.org.br.

NA WEB – WWW.ADUFRJ.ORG.BR *

Vice-presidente da SBPC critica cortes em Educação e em Ciência e Tecnologia ————— **LEIA MAIS**

Empregados terceirizados da empresa Venturrelli, contratada pela UFRJ, fazem protestos na reitoria. Termo de Ajuste de Conduta não foi cumprido ————— **LEIA MAIS**

Manifestação convocada por meio das redes sociais protesta no Rio de Janeiro contra o presidente da Câmara, autor de projeto que dificulta o acesso ao aborto legal ————— **LEIA MAIS**

*Nos links a seguir, as principais notícias divulgadas no site da Adufrj-SSind nos últimos dias.